



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Habeas Corpus nº: 203.813 ³ 225
Comarca Origem: Recife -- 6ª Vara Criminal
Impetrante: Roberto Amorim Holder
Paciente: Maurício Farias da Silva Júnior
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relatora Substituta: Des. Alderita Ramos de Oliveira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal
Proc. De Justiça 5504 Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO COM CAUSA DE AUMENTO. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os atos processuais destinados à realização da instrução criminal vêm sendo realizados dentro de prazo razoável, tendo o Magistrado de primeiro grau tomado todas as providências cabíveis para a conclusão da instrução criminal. Precedentes do STJ.
2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de ***habeas corpus* nº 203.813-3**, da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em que figuram, como impetrante, Roberto Amorim Holder e, como paciente, **Maurício Farias da Silva Júnior**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em denegar a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº: 203.813-0
Comarca Origem: Recife – 6ª Vara Criminal
Impetrante: Roberto Amorim Holder
Paciente: Maurício Farias da Silva Júnior 226
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relatora Substituta: Des. Alderita Ramos de Oliveira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal
Proc. de Justiça: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório ajuizado pelo Advogado Roberto Amorim Holder, em favor de **Maurício Farias da Silva Júnior**, objetivando a soltura do paciente, sob o argumento de constrangimento ilegal por excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Alega que o paciente foi **preso em flagrante em 16/07/2009** pela prática do delito capitulado no **art. 157, §2º, II, do Código Penal**, sendo a denúncia oferecida em 24/07/2009 e recebida em 03/08/2009.

Por fim, afirma que a defesa não contribuiu para o supramencionado excesso de prazo e atribui a lentidão da marcha processual ao judiciário, requerendo, consequentemente, a concessão da ordem a fim de aguardar a formação da culpa em liberdade.

Juntou documentos de fls. 06/57.

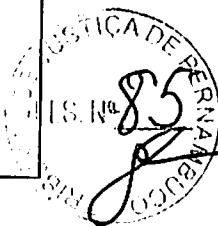
Informações encaminhadas pela autoridade apontada como coatora às fls. 71/72.

Parecer de lavra da douta Procuradora de Justiça convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinando pela **denegação da ordem**.

É o Relatório.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



VOTO DE MÉRITO

227

Pretende o impetrante a concessão de liberdade do paciente e consequente expedição do alvará de soltura, ao argumento de que o paciente está sofrendo **constrangimento ilegal pelo excesso de prazo para a formação da culpa**.

Da análise dos autos infere-se que o paciente foi preso em **flagrante**, juntamente com o seu comparsa Luciano da Conceição Silva, pela prática do **crime inserto no art. 157, §2º, II, do Código Penal**, conforme consta nos autos do **processo nº 0125412-75.2009.8.17.0001**.

Segundo informações oriundas do Exmo. Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca do Recife, o processo em celeuma segue o seu curso normal, considerando a gravidade do delito e a pluralidade de réus. :

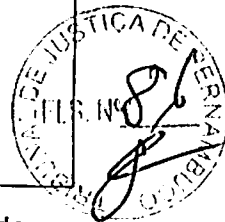
Esclarece a autoridade que **as defesas preliminares somente foram apresentadas pela defesa em 15/09/2009**.

Acrescenta que a audiência de instrução de julgamento foi iniciada em 17/11/2009, estando aquele Juízo no aguardo do recebimento da carta precatória expedida para a Comarca de Nazaré da Mata, já devidamente cumprida, para que seja designada nova audiência com a finalidade de ouvir as testemunhas de defesa e proceder ao interrogatório dos acusados.

Analisando as informações apresentadas pela autoridade judiciária, verifica-se a que **os atos processuais destinados à realização da instrução criminal vêm sendo realizados dentro de prazo razoável, tendo o Magistrado tomado todas as providências cabíveis para a conclusão da instrução criminal**.

Ademais, nota-se que a própria defesa contribuiu para a ocorrência do retardo do julgamento.

Ressalto, ainda, que a jurisprudência pátria assenta entendimento, embasado no princípio da razoabilidade, de que **prazo para instrução criminal não é absoluto**, somente configurando o



constrangimento ilegal quando há excesso injustificável ou quando o processo não tramita regularmente, o que não é o caso dos autos.

Nesse sentido, transcrevo recente julgado do egrégio TJDFT:

HABEAS CORPUS - ROUBO CIRCUNSTANCIADO -
CUSTÓDIA ANTE TEMPUS - EXCESSO DE PRAZO -
FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS -
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO -
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA
- ORDEM DENEGADA.

I. A PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM LIBERTATIS, ALIADA À DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, RECOMENDA UMA ANÁLISE CAUTELOSA DO PLEITO DE LIBERDADE POR EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO, MORMENTE DIANTE DE NOVOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE CONFEREM MAIOR ELASTÉRIO PARA O DESFECHO DA FASE INSTRUTÓRIA.

II. ORDEM DENEGADA. (TJDFT - 1ª Turma Criminal - Relatora SANDRA DE SANTIS -
Publicação no DJU: 27/01/2009) g.n.

Desse modo, não há que se falar em excesso de prazo injustificável no caso em apreço.

Ademais, ressalto que as sugeridas condições judiciais favoráveis ao paciente, por si só, não ensejam a concessão de liberdade ao mesmo.

Diante de todo o exposto, acompanhando o opinativo da ilustre Procuradora de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta